

# **OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA: RESULTADOS E DISCUSSÕES PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO**

DOMICIANO, Frânio Lacerda<sup>1</sup>  
ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti de<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente projeto se propôs a disponibilizar para a sociedade paraibana, de forma sistematizada, informações sobre indicadores de acesso e qualidade da educação no estado da Paraíba, a partir da avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre os anos de 2005 e 2009 e da cobertura educacional em 2010, com ênfase no ensino fundamental. Para isto, buscou discutir a convergência do IDEB e o desempenho escolar nos municípios paraibanos, bem como os fatores socioeconômicos que se relacionam com o indicador de Eficácia da gestão municipal em termos de cumprimento das metas projetadas para o IDEB. Para sistematização e criação dos indicadores trabalhados neste projeto foram usados os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Os resultados do projeto culminaram em discussões sobre um cenário de divergência de desempenhos no IDEB entre os municípios paraibanos, sinalizando a necessidade de políticas educacionais que ofertem um maior suporte para as localidades que sistematicamente auferem baixos rendimentos em educação. Ademais, os municípios com maiores níveis de eficácia no estado estão concentrados nas áreas de melhor contexto socioeconômico, ratificando, portanto, a importância de ações governamentais que tentem superar um ciclo vicioso que envolve baixos resultados educacionais e indicadores sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indicadores educacionais, Políticas públicas, Fatores socioeconômicos.

## **1. INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos a sociedade brasileira e, mais particularmente, a paraibana sinaliza a necessidade de mudanças nos âmbitos sociais, econômicos e políticos para que o estado da Paraíba avance no sentido do desenvolvimento multidimensional. Para que ocorra uma mudança estrutural no seio de nossa sociedade é necessária a reunião de esforços em todos os sentidos, haja vista, por exemplo, os problemas da violência, da pobreza, da falta de oportunidades de emprego, da desestruturação das famílias que afeta de forma direta e indireta a formação das crianças e dos adolescentes. E, justamente, as crianças e os adolescentes formam uma das bases elementares para a construção de uma sociedade mais desenvolvida.

A Constituição Brasileira de 1988 realça, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, na qual as suas finalidades abarcam: o desenvolvimento pleno da pessoa, a promoção da cidadania e a qualificação para o trabalho. Tais aspectos revelam que a educação configura-se como alicerce da vida humana em sociedade. Por isso, enquadra-se como um direito fundamental e um bem primário. Mais recentemente o Governo Federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007, com o objetivo de melhorar a educação no país, em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos. Observando a necessidade de melhorias nas condições sociais e econômicas da Paraíba e levando em conta a importância do avanço na educação do estado para a conquista de dias melhores, este projeto de extensão visa disseminar e discutir as principais informações estatísticas sobre os indicadores educacionais da rede pública na Paraíba em três prismas: qualidade da educação, fluxo escolar e cobertura educacional.

O Brasil é um país repleto de desigualdades em vários níveis. Dentro de cada localidade (região, estado e município) é possível enxergar a existência de disparidades sociais. Outro aspecto que merece destaque é a associação direta entre educação e desenvolvimento, em que esses dois

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa-PB, Discente bolsista, franiolacerda@bol.com.br

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa-PB, Professor-Coordenador do Projeto, alessio@ccsa.ufpb.br

fatores comumente caminham lado-a-lado. Assim, levando em consideração os objetivos do PDE e a disponibilização pelo Ministério da Educação de indicadores oficiais (como o IDEB) que tentam medir a qualidade educacional do país, é válido discutir com a sociedade paraibana a evolução desses indicadores no estado com a finalidade de verificar se as atuais políticas públicas e práticas pedagógicas da rede pública de educação estão sendo eficazes para a melhoria qualitativa do sistema de ensino.

O IDEB trata-se de um índice que procura medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino pelo desempenho em avaliações padronizadas (Prova Brasil) e rendimento escolar dos estudantes (aprovação, reprovação e abandono). Desse modo, duas formas de se trabalhar com tal indicador foram usadas no presente projeto: IDEB efetivo e projetado – a projeção do IDEB é feita pelo o INEP. A relação entre o valor efetivo e sua projeção permitiu calcular o indicador de eficácia, que indica se a localidade conseguiu ou não alcançar as suas metas para aquele determinado período. Além do IDEB e do índice de eficácia, foram sistematizados indicadores que contemplam informações socioeconômicas dos municípios paraibanos.

Assim, tendo em vista a relevância do diálogo envolvendo aspectos relacionados ao acompanhamento das políticas públicas, neste caso particular de políticas públicas educacionais, tidas como prioritárias ao desenvolvimento regional, torna-se de suma importância um debate qualificado e baseado em indicadores técnicos sobre os resultados educacionais da Paraíba nos últimos anos.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A educação funciona como uma verdadeira alavanca para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico de um país, porquanto, por exemplo, favorece as oportunidades e reduz a desigualdade de renda. Investimentos no setor educacional de uma nação são considerados como uma despesa estratégica e não apenas um gasto social, um elemento indispensável para a modernização tanto da sociedade quanto da economia. Um país que possui uma população com alto nível de escolaridade está mais bem preparado para os desafios que são impostos pela competição cada vez mais acirrada dos outros países, principalmente no que concerne às novas tecnologias desenvolvidas e a sua devida utilização e absorção.

Convergindo com esse pensamento, Dowbor (2001) também sublinha que a educação pode ser entendida como um instrumento capaz de canalizar o profissional ao mercado de trabalho e de interligar a escola ao ambiente que nos cerca, de modo a alcançar “sucesso profissional”. Desta feita, o alcance dos objetivos educacionais prescinde investimentos via melhoria na qualidade ou na quantidade e preparação/capacitação do capital humano (BARROS e MENDONÇA, 1997). Conforme Souza Filho (2010 *apud* Becker, 2006), o capital humano refere-se:

[...] às habilidades, a educação, a saúde e ao treinamento dos indivíduos. Trata-se de capital, porque essa educação ou habilidades são partes integrais de nossa constituição, assim como uma máquina, uma planta ou as obras industriais [...]  
(SOUZA FILHO, 2010, p.2 *apud* BECKER, 2006, p.1).

A ideia de capital humano pode ser encontrada, pelo menos, desde a época da obra de Adam Smith, economista escocês do século XVIII. Todavia, a bem da verdade, foi no final das décadas de 1950 e 1960 que essa ideia começou a surgir como um importante conceito econômico. Naquela época, estudiosos (como Theodore Schultz) começaram a utilizar a metáfora de “capital” para explicar o papel da educação e da especialização na geração de prosperidade e crescimento econômico (KEELEY, 2007, p. 31).

O capital humano está associado a um abrangente conjunto de benefícios, tanto econômicos quanto não-econômicos. Inclusive, alguns dos maiores benefícios podem ser os não-econômicos, que reverberam na sociedade, tais como: maiores expectativas de vida da população, redução da criminalidade e maior probabilidade de envolvimento na vida comunitária. Contudo, os benefícios econômicos apresentam também relevantes características, que atingem desde retornos em termos de prosperidade individual quanto à prosperidade da economia nacional. No plano individual dos benefícios econômicos, os salários tendem a aumentar e o risco de perder o emprego se reduz. Já

em termos do sistema econômico, dada a maior escolaridade do trabalhador, sua produtividade, por conseguinte, tende a aumentar, fazendo com que se estimulem as atividades desenvolvidas na economia.

O panorama externo, desde o começo do século XX, expõe inúmeros exemplos de países que investiram maciçamente no sistema educacional e obtiveram excelentes resultados no seu desenvolvimento econômico. Dentre eles se destaca o caso da Coreia do Sul, que, nos anos iniciais de 1950, estava destruída por uma grave guerra civil, possuía níveis altíssimos de analfabetismo e tinha uma economia tipicamente agrária; porém, este elevou sua renda *per capita* em torno de 6% ao ano, sendo uma das economias que mais cresceu no mundo entre 1960 e 2000. (FERREIRA e VELOSO, 2006, p. 262).

### 3. METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se em fontes de dados secundárias provenientes dos sítios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal de Contas da União (TCU) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), envolvendo o período de 2005 a 2010. Os dados foram tabulados e suas análises foram filtradas com base em uma média aritmética do IDEB para as escolas do estado da Paraíba, sendo listada apenas a rede pública de ensino e focada nas duas fases do ensino fundamental. Para a elaboração do presente projeto, fez-se necessária também a realização de um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema objeto da investigação, no qual se sobressaem os estudos de Schultz (1961), de Becker (1975), de Hanushek (1986) e do Banco Mundial (2002). Em geral, todos esses trabalhos apontam o valor econômico da educação para criação de uma sociedade mais desenvolvida.

Os principais indicadores usados neste projeto e suas respectivas fontes estão apresentados abaixo:

**Quadro 1 - Indicadores educacionais e socioeconômicos selecionados**

Indicador	Descrição	Fonte
IDEB	Combina a pontuação média dos estudantes em exames padronizados com a taxa média de aprovação	INEP
Eficácia	Indica se a gestão escolar/municipal conseguiu cumprir as metas projetadas pelo o INEP em relação ao IDEB	Elaboração própria
Cobertura Educacional	Relaciona o número de matrículas em uma dada faixa etária com o número de habitantes na mesma faixa de idade	INEP/IBGE
Renda <i>per capita</i>	Total de rendimento de uma dada localidade pelo número de habitantes	IBGE
IFDM	Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal	FIRJAN
Investimentos em educação	Total de investimento realizado no ensino fundamental	INEP/TCE

Fonte: Elaboração própria.

A utilização de indicadores educacionais como o IDEB é importante em termos de diagnósticos e norteammento de ações políticas, onde Fernandes (2007) registra que esse índice permite detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa *performance* em termos de rendimento e proficiência e monitorar a evolução temporal dessas escolas e/ou redes de ensino. Da mesma forma a eficácia, que indica a capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens e serviços de acordo com o estabelecido nos planejamentos das ações (Tribunal de Contas da União, 2010).

O indicador de eficácia da gestão escolar no cumprimento do IDEB foi calculado a partir da relação entre o resultado efetivo do IDEB e as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, podendo ser expresso pela equação a seguir:

$$E_{it} = \frac{IDEB_{it}}{PROJ_{it}^*} \geq 1$$

Onde:  $E_{it}$  = Eficácia do município  $i$  no tempo  $t$ ;  $IDEB_{it}$  = índice efetivo do IDEB do município  $i$  no tempo  $t$ ;  $PROJ_{it}$  = Projeção do IDEB feita pelo INEP para o município  $i$  no tempo  $t$ .

As localidades que apresentaram um índice de eficácia igual ou superior a um, foram classificadas como eficazes, e, caso contrário foram caracterizadas como ineficazes.

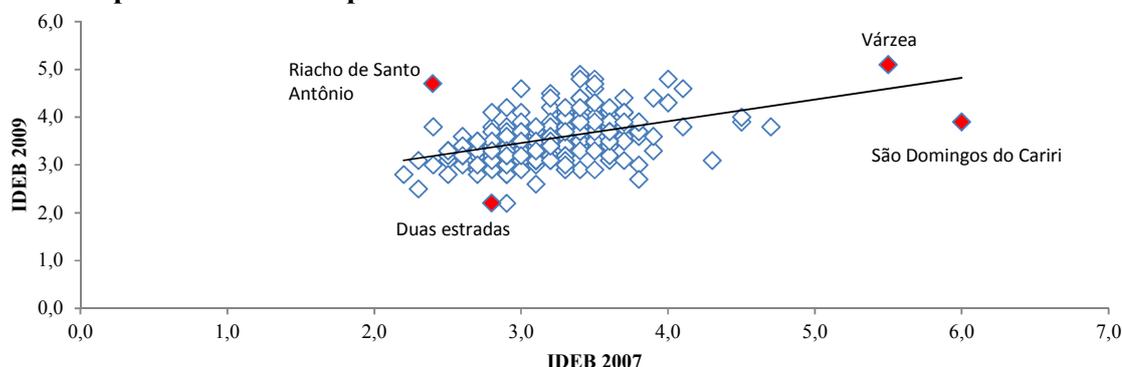
A partir dos indicadores presentes no Quadro 1 acima foram desenvolvidas análises gráficas e construções de tabelas que sumarizavam de forma geral o cenário educacional da Paraíba no período considerado, com o escopo de fornecer informações para a realização de debates e reflexões sobre os desafios da sociedade paraibana e desenvolvimento de políticas públicas educacionais.

#### 4. RESULTADOS

Considera-se nesta seção, os resultados provenientes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do indicador de Eficácia da gestão escolar no cumprimento das metas projetadas para o IDEB.

O Gráfico 1 relaciona o resultado do IDEB 2007 com o IDEB 2009 no ensino fundamental para cada município paraibano, com o objetivo de fornecer sinalizações acerca da convergência ou divergência de resultados educacionais. Em outras palavras, tal ilustração mostra se as localidades que estão com um baixo rendimento educacional estão conseguindo evoluir mais rápido do que aquelas que apresentaram melhores desempenhos.

**Gráfico 1 - Dispersão dos municípios – Anos iniciais do Ensino Fundamental 2007-2009**



Fonte: INEP/MEC, Elaboração Própria

Através do citado gráfico, nota-se que existe evidência para divergência de IDEB entre os municípios paraibanos, visto que em média se verifica uma relação direta entre os desempenhos educacionais em períodos distintos. Além disso, é possível apontar quatro cenários básicos: (1) municípios que apresentaram baixo desempenho no ano de 2007 e continuaram com baixo desempenho no ano de 2009 (ex. Duas Estradas); (2) municípios de baixo desempenho no ano de 2007 e melhores desempenhos no ano de 2009 (ex. Riacho de Santo Antônio); (3) unidades com bom desempenho em 2007 e baixo desempenho em 2009 (ex. São Domingos do Cariri); (4) localidades com bom desempenho em 2007 e bom desempenho em 2009 (ex. Várzea).

Por sua vez, a Tabela 1 mostra a cobertura educacional no estado da Paraíba para pessoas entre 4 e 17 anos de idade. Esses dados indicam que 83% da população paraibana entre 4 e 17 anos de idade se encontram regularmente matriculados na educação básica no estado.

**Tabela 1 – Cobertura Educacional no Estado da Paraíba em 2010**

Variáveis	Faixa Etária				
	4 e 5 anos	6 e 10 anos	11 e 14 anos	15 e 17 anos	4 e 17 anos
<b>População residente</b>	121.438	322.179	279.092	215.249	937.958
<b>Número de Matrículas</b>	74.340	280.368	253.409	170.066	778.183
<b>Taxa de atendimento</b>	61%	87%	91%	79%	83%
<b>Número de pessoas não atendidas</b>	<b>47.098</b>	<b>41.811</b>	<b>25.683</b>	<b>45.183</b>	<b>159.775</b>

Fonte: INEP/MEC e IBGE, Elaboração Própria

Ainda na Tabela 1 pode-se dizer que das 937,96 mil pessoas residentes no estado em idade escolar, entre 4 e 17 anos de idade, apenas 778.183 estão devidamente matriculadas e que, assim, em torno de 132,6 mil pessoas encontram-se fora da escola. Quanto a faixa etária correspondente a pré-escola, nota-se que é a que precisa uma maior atenção por parte das políticas educacionais, visto que quase 40% de crianças entre 4 e 5 anos de idade não acessam o sistema de ensino regular.

Pela metodologia do Indicador de Eficácia feito neste trabalho para os municípios paraibanos, nota-se que o percentual de municípios eficazes no estado para o ano de 2007 correspondia a 64,2% contra 35,8% de ineficazes. Já em 2009, o total de eficazes continuou superior ao dos ineficazes, com 56,4% e 43,6%, respectivamente. Se por um lado, o percentual sinaliza que a maioria dos municípios da Paraíba é eficaz em ambos os anos proporcionando uma ligeira conquista educacional, por outro lado, a situação preocupa, pois houve uma queda considerável dessa proporção em 2009, crescendo o percentual de municípios ineficazes em relação aos eficazes no comparativo com 2007, o que demonstra que a educação pública no estado precisa se ater aos padrões mínimos de qualidade projetadas pelo INEP.

Já no confronto do indicador de Eficácia com os fatores socioeconômicos, pôde-se apontar que as variáveis como rendimento domiciliar *per capita* e IFDM, também acompanharam os reflexos da baixa eficácia dos municípios paraibanos na qualidade da educação básica de ensino fundamental público. Desta feita, os municípios com menor eficácia no cumprimento das metas do IDEB apresentaram no período avaliado (2005, 2007 e 2009), os menores investimentos em educação e os mais baixos indicadores sociais (IFDM) e econômicos (renda).

#### 4. CONCLUSÃO

A partir da sistematização dos indicadores educacionais e das discussões desenvolvidas, verifica-se a necessidade de uma maior integração entre os gestores públicos, pesquisadores e a sociedade em geral, para uma melhor identificação dos gargalos e das melhores/piiores práticas educacionais no estado da Paraíba. Dessa forma, o levantamento e a disponibilização de indicadores voltados para a área de educação se mostram como uma ação de relevo para auxiliar a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas educacionais.

#### 5. REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Brazil: the new growth agenda**. Washington, DC: WB press, 2002.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimento em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- BECKER, Gary S. **Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 2d ed. New York: Columbia University Press, 1975.
- DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. São Paulo: Vozes, 2001.
- FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: Textos para discussão**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- FERREIRA, Sergio Guimarães; VELOSO, Fernando. A reforma da Educação. In: PINHEIRO, Armando Castelar e GIAMBIAGI, Fabio. **Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, pp. 251-279.
- HANUSHEK, Erik A. The economics of schooling: Production and efficiency in public schools. **Journal of Economic Literature**, v. 24, 1141-1177, 1986.
- KEELEY, Brian. **Human capital: how what you know shapes your life**. Paris: OECD, 2007.
- SCHULTZ, Theodore W. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, v. 51, pp. 1-17, 1961.
- SOUZA FILHO, Moysés. **Capital Humano em educação: Uma visão crítica da concepção neoliberal**. Natal: IFRN, 2010.
- TCU - Tribunal de Contas da União. **Manual de Auditoria Operacional**. Brasília-DF: TCU, 2010.